

# Plano de Gestão

## CHAPA CONSTRUÇÃO COLETIVA

Período: maio de 2026 a maio de 2028

Prof. José Rodolfo Pacheco Thiesen - Coordenador

Prof. Flávio Higuchi Hirao - Vice-coordenador

*Plano de Gestão apresentado à comunidade acadêmica do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Goiás - Campus Goiás, como parte da candidatura no processo de Consulta Pública para a Indicação de Coordenador/a e Vice-coordenador/a do curso (Edital 01/2026, Processo 23070.013589/2026-25).*

O presente Plano de Gestão foi desenvolvido a partir de quatro princípios basilares. Os candidatos à coordenação e vice-coordenação que apresentam este Plano entendem que são princípios amplamente compartilhados com a comunidade acadêmica do curso de arquitetura e urbanismo; são valores que não podem ser deixados de lado sob nenhuma hipótese.

O primeiro princípio se refere à **Interiorização do ensino**. O Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFG - Campus Goiás, enquanto política regional implícita, nasceu para apoiar e aprofundar uma estratégia de desenvolvimento regional baseada na democratização e interiorização do ensino superior público e gratuito na mesorregião do Noroeste Goiano e na microrregião do Rio Vermelho. Este objetivo demanda uma avaliação crítica permanente para que a instituição se consolide como uma universidade 'da' região, e não apenas localizada 'na' região, garantindo que seu enraizamento socioespacial dialogue com as demandas do território, por meio de um conceito de desenvolvimento multidimensional que transcenda a lógica do reducionismo economicista, frequentemente associado à mercantilização do ensino e ao favorecimento do lucro privado em detrimento da função social da terra e da educação. O desenvolvimento precisa ser social, humano, político, ambiental, técnico, científico, cultural, ou seja, abrangente. Neste sentido, o curso no interior do Estado tem grande potencial para favorecer um tipo de desenvolvimento social, promovendo reflexões críticas sobre a produção social do espaço e realizando ações

de ensino, pesquisa e extensão capazes de transformar a base produtiva, cultural e política local por meio de uma prática acadêmica propositiva e emancipatória.

A **Democratização ampla do ensino público superior gratuito** constitui o segundo princípio. O desenvolvimento multidimensional exige um processo de democratização ampla e contínua, que não se restringe ao ingresso no ensino superior, mas abrange três dimensões fundamentais. A primeira delas é a democratização do acesso, compreendida como acolhimento de estudantes oriundos das mais diversas trajetórias sociais, o que implica não apenas políticas de ingresso, mas, sobretudo, condições efetivas de permanência. A segunda é a democratização das tomadas de decisão, entendida como a necessidade de modificar ou aperfeiçoar as práticas democráticas nas instâncias deliberativas, combatendo tendências à concentração de poder. A terceira, por fim, é a democratização das práticas pedagógicas e da produção do conhecimento, orientada para a produção de ciência e tecnologia vinculada às demandas populares, em relação dialógica com os sujeitos envolvidos, rejeitando modelos unidirecionais e autoritários de saber.

O terceiro princípio é a **Gestão Democrática**. Neste tema, impõe-se especial atenção ao risco do falso democratismo – mecanismo pelo qual tudo é posto em discussão, mas a efetiva tomada de decisões permanece reservada a grupos seletos. Ainda que o debate constitua etapa necessária, a democracia plena supera os limites da mera representação ou da consulta formal, podendo assumir caráter participativo nas próprias decisões. Isso implica, sobretudo, a garantia do direito de voto nas instâncias deliberativas. Defende-se, assim, a regulamentação dos colegiados de curso como instâncias, no mínimo, consultivas, bem como a valorização desse espaço como prioritário para decisões estratégicas do curso, em detrimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE), cuja composição se restringe obrigatoriamente ao corpo docente. Reconhece-se que nem toda matéria é passível de deliberação pela coordenação do curso, dadas as competências institucionais específicas. Contudo, na medida do possível, sustenta-se como princípio geral a valorização do colegiado de curso e, subsequentemente, do colegiado de unidade, por congregarem docentes, técnico-administrativos e discentes. Complementarmente, a transparência constitui aspecto central do processo de democratização da gestão, exigindo-se publicização das decisões adotadas e fortalecimento dos meios de comunicação intra e extra curso.

Finalmente, e não menos importante, o quarto princípio se refere à **Função Social da Arquitetura e do Urbanismo**. O elitismo à que nossa disciplina é frequentemente associado indica a baixa capacidade da arquitetura em impactar significativamente na melhoria da qualidade de vida da população no Brasil. O urbanismo, ao obrigatoriamente

lidar com áreas públicas e políticas estatais, apresenta maiores possibilidades de impacto social, mas ainda são claramente insuficientes diante das necessidades da população. É urgente que o campo da arquitetura e do urbanismo amplie sua função social no contexto de crise climática, social e econômica. Nosso curso apresenta um perfil e histórico importante neste tema; permanece o desafio de aprofundarmos e avançarmos nesta direção.

Baseados nos princípios acima explanados, elencamos os seguintes **10 Objetivos** principais a serem perseguidos ao longo dos 2 anos de mandato:

1. Preencher integralmente as vagas a partir do próximo ciclo de ingresso;
2. Concluir o processo de reformulação do Projeto Político do Curso (PPC);
3. Criar o Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo no ano de 2027;
4. Adequar o curso de arquitetura e urbanismo às novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) ao longo do ano de 2027;
5. Consolidar o ingresso e integração da Turma Especial Pronera, assim como encaminhar ações de enfrentamento aos principais desafios da Pedagogia da Alternância e das particularidades desta turma;
6. Ampliar o impacto social do curso de arquitetura e urbanismo por meio do apoio às iniciativas de extensão existentes e futura;
7. Reduzir a evasão discente;
8. Aprimorar os procedimentos de submissão e avaliação das Atividades Complementares;
9. Acompanhar e avaliar os procedimentos relativos à Curricularização da Extensão;
10. Aprimorar rotinas e procedimentos internos na gestão do ensino, da pesquisa e da extensão.

Como forma de alcançarmos os objetivos acima elencados, elencamos as seguintes **Diretrizes:**

### **1. ENSINO**

- Apoiar a criação e implementação dos Projetos de Ensino;
- Apoiar o recente processo de melhorias nos programas de Monitorias;
- Estabelecer diálogos com os docentes e discentes, na busca pela melhor integração entre disciplinas;
- Consolidar a rotina de elaboração de Planos de Ensino para a Semana de Planejamento, a serem inseridos em Processos SEI;
- Promover espaços que valorizem os resultados obtidos nas pesquisas como propulsores da formação, ou seja, o desenvolvimento de projetos de ensino que tenham por base os resultados obtidos em pesquisas realizadas no próprio curso ou por sua comunidade acadêmica.
- Buscar e avaliar estratégias para que a oferta de disciplinas seja semestral, e não mais anual.

### **2. PESQUISA**

- Valorizar e incentivar a organização de eventos científicos;
- Fomentar a pesquisa científica com vistas ao fortalecimento do processo de construção de um programa de Mestrado;
- Apoiar a continuidade do processo de formulação da proposta a ser submetida à Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN).

### **3. EXTENSÃO**

- Apoiar as iniciativas de extensão em andamento, especialmente aquelas de maior fôlego (mais perenes, que envolvem mais discentes, mais consolidadas etc.);
- Realizar atividades de avaliação a respeito das ações de Curricularização da Extensão, e encaminhar ações que se mostrem necessárias;
- Formular coletivamente propostas capazes de fomentar a realização de ações pontuais e localizadas, de curta duração, sob demanda das comunidades do entorno

regional, para que esse tipo de ação não seja sempre suprimido pela priorização dos grandes projetos.

#### **4. GESTÃO**

- Incentivar a participação discente no colegiado de curso e demais instâncias decisórias;
- Fomentar a realização de semanas acadêmicas e outros eventos com protagonismo estudantil;
- Dar sequência ao processo de revisão do PPC;
- Realizar a gestão necessária para o bom andamento do processo seletivo da Turma Especial Pronera;
- Não descuidar da reestruturação do espaço, com o novo Centro de Aulas e instalação do Labtecs e do Ybipitanga no Areião.
- Avaliar as possibilidades de ampliação do número de vagas, desde que possa ser vislumbrado seu preenchimento integral;
- Estimular e apoiar a realização de seminários, com convidados externos, relativos à prática da arquitetura e do urbanismo diante da crise global e da emergência climática;
- Revisar os procedimentos relativos à submissão de avaliação e pontuação das Atividades Complementares;
- Acompanhar e apoiar a boa execução de ações relativas à Curricularização da Extensão;
- Debater Programa de Residência em arquitetura e urbanismo.
- Articular, junto à chefia da UAECSA, Cograd e Direção do Campus, ações para ampliação da quantidade de alunos ingressantes, incluído o possível retorno da Chamada Pública;
- Estimular e apoiar a realização de atividades de formação relativas à Pedagogia da Alternância, e à prática da arquitetura e do planejamento em territórios não citadinos;

Tudo o que está proposto neste plano é produto de reflexões coletivas sobre demandas históricas que foram identificadas não apenas por nós, candidatos, mas pelos docentes,

TAEs e discentes que já passaram ou seguem construindo o curso cotidianamente. Da mesma forma, as soluções propostas são uma tentativa de apontar caminhos a serem percorridos não apenas pelo coordenador e vice, mas pela comunidade acadêmica como um todo. A construção coletiva é um dos aspectos mais marcantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da UAECISA desde seu nascimento. Nosso intuito, ao formular esse plano de gestão, é o de valorizar esse aspecto de nossa trajetória que já supera os dez anos, bem como manter viva sua tradição para que siga tendo vida longa.